

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.609.550 - SP
(2019/0322167-8)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : JURITIS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
ADVOGADOS : RICARDO SORDI MARCHI - SP154127
MARIANA DENUZZO - SP253384
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351
PAULO GUILHERME DARIO AZEVEDO - SP253418

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INDENIZAÇÃO. FRAUDE BANCÁRIA. DEFEITO DO SERVIÇO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Os autos noticiam que JURITIS COMÉRCIO E SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA (JURITIS) propôs ação de indenização por danos materiais e morais contra o BANCO BRADESCO S.A. (BRADESCO), por falha na prestação do serviço.

A pretensão foi julgada parcialmente procedente, *para condenar o réu a restituir à requerente o valor do prejuízo advindo da fraude, de R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais)* (e-STJ, fl. 144).

A sentença foi reformada em apelação, para julgar improcedente o pedido, em acórdão da relatoria do Desembargador HÉLIO NOGUEIRA, assim ementado:

Apelação cível. Ação indenizatória. Sentença de parcial procedência. Inconformismo da ré. Preliminar afastada. Ausência de dialeticidade. Apelação que atende requisitos do artigo 1.010 do novo CPC. Recurso que impugna os fundamentos da r. decisão judicial cuja reforma se pretende. Tratativa realizada por telefone entre autora e terceiro, este que supostamente teria realizado depósito “por engano” em conta-corrente pertencente a ela. Alegação de fraude. Transferência de valor de R\$ 35.100,00 para a conta-corrente do fraudador. Golpe. Depósito bancário efetuado

Superior Tribunal de Justiça

com envelope vazio em terminal eletrônico. Relato inverossímil aceito pela requerente. Fatos que circundam o número de cédulas que deveriam conter no envelope depositado, bem como a respeito do engano cometido pelo suposto depositante. Transferência do valor para pessoa estranha, logo após ter recebido email do fraudador, no dia seguinte ao depósito, pela manhã. Autora que foi vítima de sua própria incúria, além de não se desincumbir do ônus que lhe era imposto pelo artigo 373, I, do Código de Processo Civil. Ausência de qualquer participação da ré nos fatos narrados.

Sentença reformada para julgar a ação improcedente, invertendo-se os ônus da sucumbência, cuja verba honorária é fixada por critério equitativo. Artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil.

Recurso provido. (e-STJ, fl. 178)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Contra esses julgados JURITIS manejou recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando divergência jurisprudencial e violação dos arts. 14 do CDC e 373 do NCPC, pois *restou claro que a prestação do serviço foi defeituosa, porque não continha no extrato bancário informações necessárias que possibilitariam a conclusão de que o valor depositado no caixa eletrônico estava pendente de verificação* (e-STJ, fl. 146).

Foram apresentadas contrarrazões.

O juízo prévio de admissibilidade negou seguimento ao apelo nobre ante o óbice da Súmula nº 7 do STJ e pela não demonstração do dissídio jurisprudencial.

Irresignada, JURITIS apresentou o correspondente agravo, pelo qual defendeu a inaplicabilidade do referido enunciado e ter demonstrado a divergência jurisprudencial, defendendo, ainda, a nulidade da decisão agravada.

Contraminutado, os autos subiram para esta Corte Superior.

O recurso não foi conhecido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, por ausência de impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada.

Daí a apresentação deste agravo interno pela JURITIS, em que assevera ter se insurgido contra o entendimento da decisão de inadmissão do recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na

vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do cotejo entre os fundamentos da decisão proferida pelo juízo prévio de admissibilidade e os argumentos do agravo em recurso especial, verifico que houve a impugnação específica dos seus esteios.

Dessa forma, reconsidero a decisão ora agravada, de e-STJ, fls. 317/318.

Passo a nova análise do agravo em recurso especial interposto pela JURITIS.

A pretensão recursal está no reconhecimento da falha no serviço bancário.

O recurso não merece prosperar, devendo ser mantido o acórdão da relatoria do Desembargador HÉLIO NOGUEIRA.

Ao apreciar a questão, o Tribunal bandeirante entendeu que não houve falha na prestação do serviço bancário, além do próprio cliente teria transferido o dinheiro ao fraudador.

Veja-se:

Quanto ao mérito, no caso concreto, diante do conjunto probatório apresentado pela própria autora com a petição inicial, aliado ao seu próprio relato dos fatos, já indo à convicção do que se extrai de tudo, tem-se como insubsistente seu pretense direito à restituição perante a ré dos valores entregues a um suposto cliente, agente de um alegado golpe.

No contexto fático, não há que se falar em protagonismo ou mesmo participação da instituição financeira nos danos sofridos pela autora.

[...]

Porquanto, a ordem dos fatos e sua cronologia materializada em documentos, na linha de dados com valor na concreção que circundou a operação descrita, só serviria para consagrar, no máximo, que por incúria, foi vítima de terceiros na operação de seu negócio, sem poder trazer a ré para o foco dos fatos como concorrente para o seu prejuízo (e-STJ, fls. 181/184).

Dessa forma, desconstituir o entendimento do TJSP, para reconhecer o defeito na prestação do serviço, exigiria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via eleita ante o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, DOU PROVIMENTO ao agravo interno, a fim de reconsiderar a decisão de e-STJ, fls. 317/318 e, em nova análise do agravo em recurso especial interposto pela JURITIS, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator